

Sumário

Palavras iniciais	1
A função institucional do Supremo Tribunal Federal e a proteção dos direitos e garantias fundamentais.....	7
1. Introdução	7
2. A função institucional do Supremo Tribunal Federal no sistema político brasileiro	10
2.1. Noções preliminares	10
2.2. A separação dos poderes	12
2.3. As relações entre os poderes.....	16
2.3.1. Separação.....	16
2.3.2. Interdependência.....	18
2.3.3. Controle	22
2.4. O papel do Poder Judiciário.....	23
2.5. O Poder Judiciário na Constituição.....	24
2.6. A função de uma Corte Suprema.....	25
2.7. O Supremo Tribunal Federal na Constituição.....	26
2.8. A função institucional do Supremo Tribunal Federal na Constituição	36
3. A função institucional do Supremo Tribunal Federal e a proteção dos direitos e garantias fundamentais	39
3.1. A necessidade de proteção dos direitos e garantias fundamentais	39
3.2. A quem incumbe desempenhar esta proteção?.....	43
3.3. A proteção dos direitos e garantias fundamentais como função institucional do Supremo Tribunal Federal	50
4. Conclusão	52
Bibliografia	54

As cláusulas pétreas como instrumentos de proteção dos direitos fundamentais	59
1. Introdução	59
2. Cláusulas pétreas e direitos fundamentais: apontamentos iniciais	60
3. O que são os direitos fundamentais?.....	63
4. Cláusulas pétreas e direitos fundamentais: extensão da proteção	65
4.1. Doutrina	65
4.2. Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal	73
5. A cláusula pétreira como limite material de reforma do Poder Constituinte Derivado	82
6. As cláusulas pétreas e a vinculação de gerações futuras	85
7. Conclusão	88
Bibliografia	89
A Constituição e o Estado de Emergência Econômica Permanente	91
1. Introdução	91
2. Contornos do Estado de exceção	94
3. O Estado de exceção como Estado de Emergência.....	101
4. O Estado de Emergência Econômica Permanente.....	104
5. A Constituição e o Estado de Emergência Econômica Permanente.....	108
6. Conclusão.....	112
Bibliografia	114
Reforma do Poder Judiciário: aspectos gerais, o sistema de controle de constitucionalidade das leis e a regulamentação da súmula vinculante	115
1. Introdução	115
2. O ambiente que envolveu a edição da EC nº 45/2004.....	117
3. Aspectos gerais da EC nº 45/2004.....	119
4. Aspectos específicos da EC nº 45/2004	127
4.1. O sistema de controle de constitucionalidade das leis e atos normativos	127

4.2. A súmula vinculante e sua regulamentação	136
5. Conclusões.....	142
Ensaio sobre o inciso LXXVIII do art. 5º da Constituição da República	145
1. Introdução	146
2. A inclusão do inciso LXXVIII ao artigo 5º da Constituição da República.....	148
3. Breve Panorama no direito internacional.....	152
4. A garantia implícita da ‘razoável duração do processo’ antes da EC nº. 45/04	154
5. Aproximação da noção de ‘razoável duração do processo’	156
6. A conscientização dos órgãos jurisdicionais na pronta entrega da prestação judicial	160
7. Consequências jurídicas da explicitação contida no inciso LXXVIII	163
8. Instrumentos jurídicos de controle e pressão para assegurar a garantia prevista no inciso LXXVIII	164
9. Responsabilidade civil do Estado pelo descumprimento do inciso LXXVIII do art. 5º.....	169
10. Conclusão	173
Comentários sobre a regulamentação da súmula com efeito vinculante (EC nº 45/2004 e Lei nº 11.417, de 19.12.2006)	175
1. Introdução	176
2. A súmula vinculante na Reforma Constitucional do Poder Judiciário (Emenda Constitucional nº 45/2004).....	177
2.1. A inclusão do dispositivo constitucional	177
2.2. Notas sobre a legitimidade ativa.....	179
2.3. Crítica ao dever legal de recorrer.....	180
2.4. Norma transitória – as súmulas existentes	182
2.5. O cancelamento de súmula com efeito vinculante.....	183

3. A súmula vinculante na Reforma Infraconstitucional do Poder Judiciário (Lei nº 11.417/2006)	185
3.1. Necessidade?	185
3.2. Objeto da lei	186
3.3. Competência e abrangência.....	186
3.4. Objeto da súmula vinculante.....	187
3.5. Manifestação do Procurador-Geral da República.....	189
3.6. Quorum qualificado	190
3.7. Publicação.....	191
3.8. Legitimidade ativa – direta ou incidental.....	191
3.9. Proposta por Município no curso de processo em que seja parte.....	193
3.10. Manifestação de terceiros	193
3.11. Eficácia e efeitos da súmula vinculante.....	194
3.12. Revisão ou cancelamento de súmula fundada em lei modificada ou revogada	194
3.13. Reclamação.....	195
3.14. Modificações no processo administrativo	196
3.15. Aplicação do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal.....	197
3.16. Vigência	198
3.17. Perspectiva próxima das primeiras edições de enunciados de súmulas vinculantes	198
3.18. Demais dispositivos previstos no Projeto de Lei nº 6.636/2006	199
4. Controle de constitucionalidade	199
5. Conclusão	202
Anexo.....	205

A Regulamentação da Repercussão Geral das Questões Constitucionais nos Recursos Extraordinários (EC nº 45/2004, Lei nº 11.418/2006 e Emenda Regimental do STF nº 21/2007)	211
1. Introdução	212
2. A regulamentação	213
2.1. Emenda Constitucional nº 45, de 08.12.2004.....	213
2.2. Lei nº 11.418, de 19.12.2006	214
2.3. Emenda Regimental do RISTF nº 21, de 30.04.2007	217
2.4. Quadro esquemático do trâmite junto ao STF.....	219
3. A repercussão geral das questões constitucionais x a arguição de relevância das questões federais.....	221
4. <i>Writ of certiorari</i>	225
5. Conclusão.....	227
Balanço crítico sobre a aplicação da repercussão geral	229
1. Introdução	229
2. Arcabouço normativo	231
2.1. Cenário anterior	231
2.2. Constituição da República	234
2.3. Novo Código de Processo Civil	241
2.4. Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal	253
3. Questões práticas na visão da jurisprudência do STF	257
4. Balanço crítico	265
Procedimento para o julgamento de recursos repetitivos no âmbito do STJ - Anotações à Lei nº 11.672/2008 (acréscimo do art. 543-C no CPC)	269
1. Introdução	269
2. Anotações às modificações promovidas no procedimento para o julgamento dos recursos repetitivos no âmbito do Superior Tribunal de Justiça	270
3. Quadro esquemático do trâmite junto ao STJ.....	278

4. Análise comparativa em relação ao procedimento para o julgamento dos recursos repetitivos no âmbito do Supremo Tribunal Federal	280
5. Conclusão	282
Procedimentos relativos ao processamento e julgamento de recursos repetitivos -Anotações à Resolução do STJ n. 8, de 07.08.2008 (regulamenta a Lei n. 11.672/2008)	283
1. Introdução	283
2. Trâmite nos tribunais de segunda instância	286
3. Processamento junto ao Superior Tribunal de Justiça	290
4. O julgamento e seus efeitos	293
4.1. No Superior Tribunal de Justiça	294
4.2. Nos tribunais recorridos	295
5. Possibilidade de recursos	297
6. Conclusão.....	298
Anotações à Lei nº 12.063/2009 e a disciplina processual da ADO	301
1. Introdução	301
2. Trâmite legislativo	303
3. Da admissibilidade da ADO	306
4. Do procedimento da ADO	308
5. Da medida cautelar em ADO	309
6. Da decisão na ADO.....	310
7. Conclusão	312
Apontamentos sobre a Lei nº 13.300/16 – Mandado de Injunção.....	315
1. Introdução	315
2. Objeto e objetivos	318
3. Legitimidades (ativa e passiva)	325
4. Petição inicial e seu recebimento	327
5. Competência	329

6. Ministério Públco, decisão, seus efeitos, recursos e ação de revisão	331
7. Mandado de Injunção Coletivo (MIC)	335
8. MI x ADO	338
9. Conclusão	342
Bibliografia	343
 A necessária regulamentação da eleição indireta no Brasil	345
1. Introdução	345
2. O art. 81 da atual Constituição da República	348
3. A Lei nº 4.321/64	349
4. O PL nº 5.821/2013	351
5. O PLS nº 725/2015	353
6. As PECs nº 67 e nº 227, ambas de 2016	353
7. Alguns contornos jurisprudenciais	355
8. Conclusões	357
 Notas sobre a intervenção federal e a representação intervintiva	359
1. Introdução	359
2. A Constituição de 1988	360
3. A Lei nº 12.562/11	371
4. O Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal.....	374
5. A recente intervenção federal no Rio de Janeiro.....	375
6. O crescente emprego das Forças Armadas para Garantia da Lei e da Ordem (GLO).....	379
7. Conclusão	382
 A participação do Senado Federal no controle difuso de constitucionalidade	387
1. Introdução	387
2. Evolução histórica	390
3. Constituição de 1988.....	399

3.1. O dispositivo constitucional	399
3.2. A natureza jurídica do ato.....	400
3.3. A suspensão da eficácia	401
3.4. Atos normativos sujeitos à suspensão da eficácia	402
3.5. Alcance da expressão “no todo ou em parte”	402
3.6. Obrigatoriedade (ou não) em realizar o ato.....	404
3.7. Efeitos da resolução.....	407
4. A atual importância da resolução.....	408
4.1. Objetivação do controle difuso.....	408
4.2. A crescente força dos precedentes do STF.....	411
4.3. O Senado Federal e as decisões do STF.....	414
4.4. A principal questão controvertida hoje	415
4.4.1. Um caso de mutação constitucional?	416
4.4.2. Ou silêncio eloquente?.....	420
4.4.3. A recente jurisprudência do STF: Reclamação 4.335	421
4.5. A revalorização da participação do Senado Federal	426
5. Conclusão	427
Bibliografia	430
O papel do Senado Federal no controle difuso pela ótica do STF (Rcl. 4.335)	435
1. O caso	435
2. O resultado.....	436
3. O papel do Senado no controle difuso na visão do STF	437
3.1. Ocorrência de mutação constitucional	437
3.2. Impossibilidade de mutação constitucional	442
3.3. Superveniência da Súmula Vinculante nº 26	444
4. Conclusão	448
Bibliografia	454

Análise de algumas propostas de mudanças relacionadas ao STF	457
1. Introdução	457
2. Arcabouço constitucional	459
3. Principais propostas em trâmite no Senado Federal.....	460
3.1. Condições pessoais do candidato.....	461
3.2. Modo de escolha	462
3.3. Prazo para o Presidente da República.....	464
3.4. Fixação de mandato.....	464
3.5. Quarentena eleitoral.....	464
3.6. Regra de transição.....	465
3.7. Trâmite conjunto no Senado Federal.....	465
4. Atual estágio de tais propostas no processo legislativo.....	467
5. Outras propostas na Câmara dos Deputados e preocupação da sociedade civil	470
6. O cerne da questão: a participação do Senado Federal.....	473
7. Conclusão	475
O nepotismo na jurisprudência do STF	481
1. Introdução	481
2. O advento da Súmula Vinculante nº 13.....	483
3. Desdobramentos subsequentes	486
4. Questões controvertidas na jurisprudência atual	487
4.1. Nepotismo cruzado	487
4.2. Lei formal	488
4.3. Configuração objetiva.....	489
4.4. Cabimento da Reclamação	491
4.5. Agente político	492
5. Aspectos processuais da jurisprudência atual.....	492
6. Conclusão.....	495

Aspectos sobre a constitucionalidade das mudanças na LINDB perpetradas pela Lei nº 13.655/18	499
1. Introdução	499
2. A Lei nº 13.655 e os vetos presidenciais	503
3. Trâmite legislativo dos projetos de lei (PLS 349/2015 e PL 7.448/2017)	508
4. Período prévio à promulgação.....	514
5. O que disse o TCU.....	519
6. Argumentos doutrinários relevantes	528
6.1. Favoráveis	529
6.2. Desfavoráveis.....	540
7. Comentários finais.....	546
Palavras finais	555